

Do espanto à esperança, ou entre Plínio Marcos e Clarice Lispector: a violência policial em duas cenas contemporâneas

From amazement to hope, or between Plínio Marcos and Clarice Lispector: police violence in two contemporary scenes

Del asombro a la esperanza, o entre Plínio Marcos y Clarice Lispector: la violencia policial en dos escenas contemporâneas

José dos Santos Costa Júnior¹

 [0000-0002-0629-3217](https://orcid.org/0000-0002-0629-3217)

Resumo: Clarice Lispector e Plínio Marcos fizeram da literatura um modo radical de espantar-se com “a” realidade, criando experiências “com” o real nos anos de 1962 e 1977, respectivamente. Borrando as fronteiras entre História e Literatura, analiso as formas de composição literária dos contos *Mineirinho* e *Inútil Canto e Inútil Pranto pelos Anjos Caídos*, problematizando a literatura como uma forma de partilha do sensível na infundável tarefa da crítica da violência e seus efeitos.

Palavras-chave: Literatura menor. Relações étnico-raciais. Plínio Marcos. Clarice Lispector.

Abstract: Clarice Lispector and Plínio Marcos made literature a radical way of being astonished by "reality," creating experiences "with" the real in the years 1962 and 1977, respectively. Blurring the boundaries between History and Literature, I analyze the forms of literary composition in the short stories *Mineirinho* and *Inútil Canto e Inútil Pranto pelos Anjos Caídos*, problematizing literature as a way of sharing the sensible in the endless task of critiquing violence and its effects.

Keywords: Minor literature. Ethnic-racial relations. Plínio Marcos. Clarice Lispector.

Resumen: Clarice Lispector y Plínio Marcos hicieron de la literatura una forma radical de asombrarse por la realidad, creando experiencias con lo real en los años 1962 y 1977, respectivamente. Desdibujando las fronteras entre la historia y la literatura, analizo las formas de composición literaria en los cuentos *Mineirinho* e *Inútil Canto e Inútil Pranto pelos Anjos Caídos*, problematizando la literatura como una forma de compartir lo sensible en la interminable tarea de criticar la violencia y sus efectos.

Palabras-clave: Literatura menor. Relações étnico-raciais. Plínio Marcos. Clarice Lispector.

¹ Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri - URCA. *Lattes:* [3276624670972058](https://lattes.cnpq.br/3276624670972058) - E-mail: costa.junior@urca.br.



José dos Santos Costa Júnior

*Do espanto à esperança, ou entre Plínio Marcos e Clarice Lispector:
a violência policial em duas cenas contemporâneas*

Introdução

A vida, como a experiência, é relação: com o mundo, com a linguagem, com o pensamento, com os outros, com nós mesmos, com o que se diz e o que se pensa, com o que dizemos e o que pensamos, com o que somos e o que fazemos, com o que já estamos deixando de ser. A vida é a experiência da vida, nossa forma singular de vivê-la.
Jorge Larrosa (2014)

Quando se está entregue à leitura de um texto literário esse ato significa, a bem dizer, a experiência de uma aventura. É a possibilidade de sair dali, depois de alguns minutos ou horas, subjetivamente transformado. Como poderei esquecer o contato que tive com Oscar Wilde aos 11 anos de idade por meio do conto *O amigo dedicado*? E a leitura de *Capitães da Areia*, anos depois, que me levou às lágrimas em razão da cativante prosa de Jorge Amado? A paixão que nutro pelas mulheres tem na vibrante poesia de Cecília Meireles, no teatro infantil de Maria Clara Machado e nas figuras fortes de Rachel de Queiroz a sua gênese, indubitavelmente. Se partirmos da concepção de que a leitura da literatura pode ser uma efetiva experiência – no sentido que Jorge Larrosa atribui a este termo – como passagem de um momento a outro que nos conduz à (trans)formação na relação com o outro, aí teremos um terreno produtivo, eticamente fundamental.

Este ensaio parte de dois contos para problematizar a história da subjetividade contemporânea a partir de uma mirada crítica sobre como a literatura nos permite pensar a violência policial e racial no Brasil contemporâneo. Para tanto, decidi partir do conto *Mineirinho*, de Clarice Lispector (1920-1977) – originalmente publicado em 1962 – e *Inútil Pranto e Inútil Canto pelos Anjos Caídos* (em Osasco), de Plínio Marcos (1935-1999) – originalmente publicado em 1977. Trata-se de dois textos curtos que foram elaborados em função de acontecimentos sociais que ganharam repercussão na imprensa do Rio de Janeiro e São Paulo no período. Como textos de ficção, mas paradoxalmente partindo de uma experiência de leitura da realidade social e histórica, ambos contribuem para pensar sobre a potência da literatura como crítica da subjetividade, isto é, dos processos que têm nos constituído historicamente de um certo modo e não de outro. Ambos se aproximam pela temática: violência estatal e policial contra pessoas em privação de liberdade em razão da prática de crimes e delinquência. Por outro lado, diferenciam-se tanto na construção das



personagens, nos estilos narrativos e nos distintos pertencimentos sociais desses autores. Se Plínio e Clarice parecem exercer a mesma condição de marginais em relação ao cânone literário nacional, é justo dizer que guardam entre si diferenças consideráveis na forma de trazer à cena figuras marginais que ganham outro rosto em suas prosas.

Não pretendo realizar uma análise formal do texto literário, nem descrever seus elementos estéticos – embora o aspecto estético seja mobilizado para pensar meu problema. Devo dizer também que não se trata de recuperar o debate conceitual sobre história e literatura em zona de fronteira (Lima, 2006) e as tensões entre historiografia e crítica literária (Eagleton, 2006; Compagnon, 2010). Penso a literatura como uma forma de expressão humana que se efetua por meio da palavra e da imagem, participando da roda-viva que é estar em sociedade, disputando significados para “o que” acontece (caráter eventual), mas também “no que” acontece (caráter ético), conforme Deleuze (2009). O problema que proponho nestas linhas é: como a literatura de Plínio Marcos e Clarice Lispector, ao fazer uma crítica da violência policial, contribui para uma partilha do sensível, isto é, para o reconhecimento de um espaço comum composto a partir dos recortes que o tornam visível no campo social?²

A literatura pode ser lida como uma oficina, uma máquina que articula e mobiliza significados, afetos, agencia formas de expressão e conteúdos variados para fazer variar e proliferar diferenças e, por fim, produzir afectos e perceptos (Deleuze & Guattari, 2010). Como arte, a literatura não tem o compromisso com a comunicação, nem com a reconstituição ou recomposição de uma dada realidade que lhe seria exterior (Deleuze, 2013). A potência da literatura, em sua interface densa e tensa com o real, tem menos a ver com a mimetização e mais com a proliferação dos sentidos, potencializando formas de significar a experiência da vida e reconhecer a multiplicidade inesgotável do real. A literatura é sempre mais, assim como a vida.

A experiência da vida é o traçar constante de linhas de composição que organizam os afetos, desejos, horizontes de expectativa e espaços de experiência que nos atravessam e nos motivam a mirar o passado e projetar o futuro em um constante devir. A literatura, assim, não

² No dossiê *História e Literatura: diálogos possíveis*, organizado por Valdir Olivo Júnior e Davi Silva Gonçalves (2022), pode-se acompanhar um desenvolvimento dos recentes debates teórico-metodológicos que provêm das relações intensas e produtivas entre a escrita da história e a literatura a partir de enfoques variados. Em diálogo com autores como Roger Chartier, Thomas Mann, Slavok Zizek e Tzvetan Todorov, entre outros, é possível acompanhar debates interessantes que atualizam as questões e problematizações sobre história, ficção, literatura e a dimensão ética e política da historiografia e da literatura como áreas autônomas.



tem a ver com “definir”, mas sua potência está na abertura que promove para lermos o contemporâneo com base em novas perguntas. Ela nos ensina a perguntar ou ao menos a estranhar aquilo que já estava tão próximo de nós que se tornou insondável por algum tempo até que uma crônica, um conto, um romance ou um poema nos lança um alerta, nos atira ao “fora” que nos constitui (Blanchot, 2011). A tarefa de se tornar um contemporâneo tem menos a ver com a sintonia e semelhança com tudo que nos circunda e nos encanta na atualidade, com os múltiplos focos de luz que nos encadeiam e nos desorientam (Agamben, 2009) e mais com o exercício de certo distanciamento tático. Tornar-se contemporâneo tem a ver com perscrutar a escuridão que nos constitui, os horrores insondáveis e as belezas esquecidas que nos rodeiam. Ser contemporâneo é não coincidir com o presente, mas exercer uma certa inatualidade (Agamben, 2009). Não tem a ver com sintonia, mas com uma dose de discronia que nos permite perceber as variadas temporalidades que atravessam o presente na forma de experiências pretéritas e projeções singulares que o moldam de certa forma, mas sempre sem totalizá-lo. O que há do passado aqui e agora? Que (im) permanências mantêm relação com o que sentimos e queremos? E por que isso é diferente do que quisemos antes? O presente é um palimpsesto e não algo transparente.

Proponho que se pense a literatura como uma experiência de partilha do sensível no sentido que o filósofo Jacques Rancière (2009, p. 15) confere a este conceito, pois remete ao “[...] sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas”. O espaço coletivo em que socialmente habitamos somente se tornou possível por determinadas práticas e formas de pertencimento e enlace que mobiliza afetos e significados que nos levam a partilhar o espaço comum. O que nos é comum é efeito das negociações e dos reconhecimentos que partilhamos. Assim, penso que a literatura é uma forma de contar sobre o espaço que habitamos, visibilizar os temas que desconhecemos e tornar próximo aquilo que já estava ali, mas que nos recusávamos a ver ou que nossa sensibilidade não tinha alcançado ainda. Partilha do sensível se refere ao enlace entre a estética e a política, na medida em que toda composição estética pressupõe um campo social e uma relação de poder que a ancora, assim como não há prática política que não pressuponha ou atualize certa percepção estética do mundo. Quando se diz “Bandido bom é bandido morto”, por exemplo, existe aí a imagem de um bandido que emerge do imaginário social e que é tecido a partir de diferenças raciais,



etárias, de gênero etc. Reside aí certa política de morte que se baseia e pressupõe esteticamente uma imagem que “identificaria” o bandido real e tornaria possível o encontro entre este sujeito e o destino que o espera.

A potência da literatura como crítica do mundo tem muito a dizer – mais que isso, muito a fazer – na tarefa de estranhar o nosso tempo para poder vivê-lo de outra forma. “Escrever é um caso de devir, sempre inacabado, sempre em via de fazer-se, e que extravasa qualquer matéria vivível ou vivida” (Deleuze & Guattari, 2011a, p. 11). Foi isso que os textos de Plínio Marcos e Clarice Lispector buscaram fazer ao transformar a matéria jornalística, a tragédia humana ou o horror de uma sociedade policiada em matéria sensível e apta a uma crítica ética da justiça.

Cena 1 – da cozinha ao asfalto: o inferno é logo aqui!

“É, suponho que é em mim, como um dos representantes de nós, que devo procurar por que está doendo a morte de um facínora”, inicia Clarice Lispector o seu denso conto Mineirinho, baseado no caso de assassinato de José Miranda Rosa, de 28 anos, negro, que foi morto com treze tiros pela Polícia Militar no dia 1 de maio de 1962. O seu corpo crivado de balas foi achado à margem da Estrada Grajaú-Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, após ter fugido do Manicômio Judiciário jurando “nunca mais voltar para cumprir a sua pena de 104 anos” (Rosenbaum, 2010, p. 170). O conto-crônica – segundo Rosenbaum o texto clariciano apresenta características estilísticas dos dois gêneros literários – sugere um diálogo que acontece na cozinha com a sua empregada que, ao ser perguntada sobre o que achava daquela notícia, não sabe se expressar verbalmente. Clarice narradora informa: “[...] vi no seu rosto a pequena convulsão de um conflito, o mal-estar de não entender o que se sente, o de precisar trair sensações contraditórias por não saber como harmonizá-las” (Lispector, 2016, p. 386).

A primeira lei, aquela que versa sobre o “não matarás” e que protege a vida e o corpo como insubstituíveis, falha.

Esta é a lei. Mas há alguma coisa que, se me faz ouvir o primeiro e o segundo tiro com um alívio de segurança, no terceiro me deixa alerta, no quarto desassossegada, o quinto e o sexto me cobrem de vergonha, o sétimo e o oitavo eu ouço com o coração batendo de horror, no nono e no décimo minha boca está trêmula, no décimo primeiro digo em espanto o nome de Deus, no décimo segundo chamo meu irmão. O décimo terceiro me assassina – porque eu sou o outro. Porque eu quero ser o outro (Lispector, 2016, p. 386).

Diante da brutalidade do assassinato, o sentido de justiça se desfaz na medida em que a morte foi ocasionada pelo Estado policial e referendado pela sociedade policiada. Era sabida a fama de assassino de Mineirinho, mas na ótica dos cálculos, venceu naquele conto a soma dos tiros que ceifaram a sua vida como símbolo de uma arrogância da polícia. Essa estranha matemática que opera a partir de uma inversão e se expressa no verbo “contar”, materializa a duplicidade do próprio verbo (narrar ou enumerar?), contribuindo para focar não a extensa ficha criminal, mas o ato de matar violentamente aquele homem (Rosenbaum, 2010).

Clarice comentou, anos depois em sua famosa entrevista a Julio Lerner na TV Cultura em 1977, sobre este conto. Dessa entrevista duas frases emergem como sintoma da sua relação com a escrita e o gesto que a levou a escrever o conto: “eu me transformei em Mineirinho, massacrado pela polícia” e “qualquer que tivesse sido o crime dele uma bala bastava. O resto era vontade de matar”. A narradora deixa claro que o ato de conhecimento sobre o fato foi também o ato de se transformar no outro, identificando-se com Mineirinho em sua terrível morte. A alteridade negada e escamoteada no asfalto foi consubstanciada de outra forma na literatura. O outro não apenas está ali, sugerido, mas se imiscui na própria narradora por meio de um processo de identificação que torna o rosto do outro semelhante e expõe uma vulnerabilidade compartilhada. Três frases se destacam: “em Mineirinho rebentou o meu modo de viver”; “sua violência inocente – não nas consequências, mas em si inocente como a de um filho de quem o pai não tomou conta”; “tudo o que nele foi violência é em nós furtivo, e um evita o olhar do outro para não correremos o risco de nos entendermos” (Lispector, 2016, p. 386). Todas essas frases remetem a uma vontade de se aproximar da alteridade.

O desejo de entendimento parece remeter à atitude empática e solidária em relação ao direito do outro à vida como algo inalienável. Mas Clarice reconhece que “quem entende desorganiza” (Lispector, 2016, p. 389), pois a tarefa de ler esse real não deve operar por um ato de compreensão, mas por um corte (Foucault 2012a), uma fissura nas cadeias de significado que reinavam e agora precisam entrar em curto-circuito para gerar outro saber. Como crítica da violência policial este conto de Clarice Lispector parte de uma violência para tocar na (im)possibilidade de uma esperança residual quando a narradora diz:

[...] a violência rebentada em Mineirinho que só outra mão de homem, a mão da esperança, pousando sobre sua cabeça aturdida e doente, poderia aplacar e fazer com que seus olhos surpreendidos se erguessem e enfim se enchessem de lágrimas. Só depois que um homem é encontrado inerte no chão, sem o gorro e sem os sapatos, vejo que esqueci de lhe ter dito: também eu (Lispector, 2016, p. 388).

Entre a revolta individual e uma espécie de apelo a uma nova ordem institucional se diz: “[...] quero uma justiça que tivesse dado chance a uma coisa pura e cheia de desamparo” (Lispector, 2016, p. 388).

Do interior da cozinha e na mirada que lança ao corpo morto na estrada Grajaú-Jacarepaguá, o conto tensiona a relação da literatura com o real, pois cria uma leitura do rosto de Mineirinho a partir de um enfoque distinto dos periódicos cariocas: reconhece-o em sua humanidade e vulnerabilidade. Não calcula os crimes que ele cometeu, mas os tiros dados pela Polícia Militar como aparelho autorizado a matar o infrator. O Estado detém o poder legítimo sobre a vida e a morte da população e um Estado policial como o que se constituiu no Brasil faz da gestão da morte de uma parcela pobre, negra e marginalizada um dos traços do seu funcionamento. Assim como o suplício de Damiens funcionou no Antigo Regime como indício de um poder soberano e o corpo mutilado antes de ser morto tinha uma função exemplar para todos da sociedade (Foucault, 2012b), parece haver uma traiçoeira linha de continuidade entre o absolutismo setecentista e o massacre dos marginais no mundo contemporâneo. Vamos às manchetes: *‘Mineirinho’ Foi Metralhado 13 vezes e Atirado no Mato – Povo Afluiu Para Ver Bandido Morto (Diário de Notícias)*; *Mineirinho Morreu com Oração e Recorte no Bolso (Diário Carioca)*; *A Cidade Está em Paz (Correio da Manhã)* e *Mineirinho Sem Sete Vidas (Jornal do Brasil)*.

Mineirinho foi publicado pela primeira vez como crônica na revista *Senhor*, em 1962. Posteriormente, foi publicado na segunda edição da obra *A legião estrangeira*, de 1964, cuja primeira parte foi dedicada aos contos e a segunda às crônicas. Adiante, esta obra foi desmembrada e nela ficaram apenas os contos, sendo que as crônicas foram para uma publicação independente intitulada *Para não esquecer*, de 1978. Anos depois o texto foi recolhido e publicado em *Todos os Contos*, pela editora Rocco, em 2016 (Andrade & Guerra, 2022). Em 1967 o conto foi adaptado para o cinema no filme *Mineirinho, vivo ou morto*, dirigido por Aurélio Teixeira, com roteiro de Aurélio Teixeira e Braz Chediak.

Entre o conto e as narrativas jornalistas que o incitaram, podem-se ler os traços de uma sociedade marcada por um Estado autorizado a matar de forma exemplar. A sociedade ganha quando se mata um “bandido”? Quais são os traços comuns desse “bandido” sempre perseguido e em relação ao qual a polícia está sempre (ou nem sempre) à espreita? Haveria um rosto comum, um traço compartilhado que no campo social faz com que o rosto do bandido seja identificado? Pensar sobre estas questões e as ações que o Estado reitera para fazer a segurança pública indica algo sobre os traços históricos da violência policial que ocorre no país contra as populações mais pobres e marginalizadas.

Cena 2 – quando a literatura encontra a fúria

Eram vinte e cinco homens empilhados, exprimidos, esmagados de corpo e alma, num cubículo onde mal caberiam oito pessoas. Eram vinte e cinco homens, entre uma porta de ferro e úmidas e frias paredes. Eram vinte e cinco homens empilhados, esmagados de corpo e alma, num cubículo onde mal caberiam oito pessoas. Eram vinte e cinco homens exprimidos, empilhados, esmagados de corpo e alma, mais o desespero, o tédio, a desesperança e o tenebroso ócio, numa imunda cela onde mal caberiam oito pessoas. Eram vinte e cinco homens colocados num imundo cubículo para morrer. Para morrer aos poucos. Para morrer de forma que parecesse natural. Para morrer. Para morrer sem feder. Para morrer sem estremecer as relações internacionais dos cidadãos contribuintes. Para morrer simplesmente. Para morrer sem ser carniça largada nos estreitos, escamosos e esquisitos caminhos do roçado do bom Deus pelos sicários dos esquadrões da morte dos cidadãos contribuintes. Eram vinte e cinco homens. Vinte e cinco homens empilhados, exprimidos, esmagados de corpo e alma entre grades de ferro e úmidas e frias paredes. Eram vinte e cinco homens, mais seus desesperos, seus tédios e suas desesperanças e o tenebroso ócio colocados num imundo cubículo onde mal caberiam oito pessoas, para esperarem a morte. Eram vinte e cinco homens colocados num cubículo pelos cidadãos contribuintes (Marcos, 1977, p. 13).

No cotidiano miserável no cárcere, o banho de sol era a melhor parte do dia. Generoso, o sol aliviava em alguma medida as dores de estar ali e do sofrimento sem trégua que se imprimia em suas carnes. Mas por alguns dias o sol não veio e a chuva se fez. Logo, o banho de sol não foi mais possível.

A chuva, para vinte e cinco homens que estão empilhados de corpo e alma, seria um bálsamo, lavaria as feridas do corpo e da alma. Mas, como dizer? Como se explicar? Como falar para um carcereiro, uma personagem tão inferior na hierarquia dos cidadãos contribuintes, que era capaz de burlar todas as leis dos cidadãos contribuintes, menos a regra que rezava que os presos bem comportados podiam tomar banho de sol? A regra não falava em banho de chuva. E choveu por uma semana. E o tempo pesou mais ainda sobre os vinte e cinco homens [...]. Pesou mais o tempo e pesaram mais ainda as grades de ferro. A porta de ferro começou a pesar, a pesar, a pesar. Parecia que seu ferrolho se enferrujara com a chuva e que ela nunca mais se abriria, e que eles, os vinte e cinco homens, ficariam encarcerados no cubículo para sempre. E aí o tempo pesou. E os anjos caídos sentiram o desespero

mais desesperado. Perceberam os pelos caírem, sentiram dores atrozes ao urinar e começaram a coçar de uma cocêira alucinante, sentiram um rombo no peito, perceberam que escarravam sangue e que seus corpos estavam cheios de ferida e que as feridas cada vez se alastravam mais. Os homens viram com horror os próprios corpos (Marcos, 1977, p. 29-30).

Não se falava mais nada ali e este silêncio também pesou sobre os anjos caídos. “O tempo cada vez mais lento, mais tenso, mais massacrante ia passando, se escoando” (Marcos, 1977, p. 30). Passados alguns dias a porta se abriu. Era dia de visita. Quando a porta se abriu os vinte e cinco homens se atiraram contra o carcereiro. “Todos com fúria, com ódio, com muito ódio, com toda a violência, o espancaram. Socos, pontapés, ódio. E o carcereiro gritou, gritou, gritou”. Foi então que vieram os funcionários armados para contê-los em sua revolta. E mais uma vez a porta de ferro se fechou. “E acabaram as visitas, acabou o dinheiro, acabou a maconha, acabou o passeio ao sol” depois que a chuva se foi. Todavia, a agonia e o desespero aumentaram. Os dias seguintes foram marcados pela maior proliferação da sarna, sífilis e alastramento das perebas. Assim se passaram três semanas. Os anjos caídos sentiram medo de apodrecer naquele espaço e, num novo ato de revolta, resolveram lutar pela vida. Começaram a bater na porta de ferro. “Queriam abrir a porta de ferro que os separava da vida, da esperança, da fé, do horizonte, do sol, da chuva”. Sem pronunciar uma palavra, um deles empilhou no meio da cela nove imundos colchões. “Os anjos caídos são inocentes, são ingênuos, não têm noção do bem e do mal, jamais compreendem o ódio dos cidadãos contribuintes” (Marcos, 1977, p. 32).

Atearam fogo nos colchões e berraram, pedindo socorro. “E as labaredas cresciam e lambiam os vinte e cinco homens, e os gritos e os gemidos e os pedidos de socorro se perdiam nas imundas paredes frias e úmidas, onde eles escreveram blasfêmias ditadas pela impaciência e pelo desespero” (Marcos, 1977, p. 33). Ainda disputaram com afinco “[...] o direito de enfiar a cara no excremento da latrina, para escaparem do sufoco da fumaça”. Os pedidos de socorro não foram nem seriam atendidos em razão da pouca quantidade de algemas disponíveis ali para contê-los. Nesse estranho cálculo entre o número de presos e algemas o chaveiro resolveu aguardar para poder abrir a cela em segurança. Enquanto isso ganhava espaço o cheiro de carne assada. Era “[...] carne humana assada, um cheiro doce, doce, enjoativo, doce de dar náuseas, que só é doce quando arde de amor, ardia de desespero,

e o odor era doce, terrivelmente doce, nauseante”. Quando as algemas chegaram os gritos haviam cessado. Naquele espaço elas já não eram mais necessárias.

Figura 1 – O grito dos prisioneiros



Fonte: Inútil Canto e Inútil Pranto pelos Anjos Caídos, 1977.

Este é o cenário infernal do conto-crônica *Inútil Canto e Inútil Pranto pelos Anjos Caídos*, do escritor Plínio Marcos. Marcado pelo signo da marginalidade e da crítica radical ao *status quo* e à intelectualidade à esquerda e à direita, este ator/diretor/palhaço, mas fundamentalmente “repórter de tempo mau” – como ele se definia –, tem na sua obra uma das mais potentes experiências literárias do século XX. As personagens de Plínio Marcos são marginais, anjos caídos, humanos inconscientes do bem e do mal, vivendo como escória do mundo, maquinando e se aproveitando das violências cotidianas sem espírito algum de solidariedade. Da sua vasta e densa obra produzida aquém do mercado editorial e das grandes companhias teatrais, mobilizo este conto-crônica – tão difícil de encaixar em um gênero literário fixo, assim como o conto clariciano – que partiu da sua observação sobre o sistema prisional no país e em São Paulo, particularmente. Trata-se de um pequeno livro produzido pelo autor, com os seus poucos recursos, contendo três histórias ancoradas no mesmo título, mas com subtítulos distintos: a primeira história “... em Osasco” versa sobre a situação dos presos e a tragédia que os vitimiza; o segundo “... que perderam os fundamentos” trata do genocídio indígena; e o terceiro, “... nas voltas da bola e da boleta (trilogia)” aborda a situação dos adolescentes que são inseridos em pequenos clubes de futebol, desejosos de uma ascensão social que nunca se materializa em razão das mentiras e roubos dos olheiros e técnicos.

Como se não bastasse a violenta descrição que o conto pliniano apresenta sobre o espaço prisional e as condições que antecederam a morte coletiva dos vinte e cinco presos, a precária publicação apresenta um desenho sem autoria declarada que retrata a cena final da história. Ler a imagem permite intuir a dupla face do grito desesperado dos prisioneiros e do silêncio cúmplice do cidadão contribuinte que tornou aquilo possível. O corpo da personagem em primeiro plano é de um homem negro. “A carne mais barata do mercado é a carne negra”, já cantara Elza Soares. Mas a presença não nomeada de negros no sistema carcerário parece ser sintoma de um “racismo mascarado”, como assim expressou Abdias Nascimento em *O genocídio do negro brasileiro*, em 1978. Ali, o criador do Teatro Experimental do Negro (TEN) citou o dramaturgo Nelson Rodrigues – um autor que inspirou fortemente a obra de Plínio Marcos – nos seguintes termos: “[...] não caçamos pretos, no meio da rua, a pauladas, como nos Estados Unidos. Mas fazemos o que talvez seja pior. Nós o tratamos com uma cordialidade que é o disfarce pusilânime de um desprezo que fermenta em nós, dia e noite” (Nascimento, 2016, p. 92). A imagem sugere que o caos da prisão se destina a uma parte muito específica, mas numericamente considerável, da população: homens, jovens, negros. Trata-se de algo que historicamente moldou a forma como o Brasil encarcera e atualiza o genocídio (Borges, 2019).

Ali, naquela cela onde foram empilhados homens sob as mais abjetas condições, o inferno se materializa em cada ato e num tempo que não passa. “Eram vinte e cinco homens de alma estuprada. Vinte e cinco homens com seus desesperos, com seus dentes podres, com suas carnes flácidas, com seus pelos ralos, com suas peles empesteadas”. Mas eram homens, não eram bestas-feras. Eram figuras que viviam à margem da sociedade.

E assaltaram, e mataram, e fizeram e aconteceram, pequenas coisas contra os cidadãos contribuintes. E perturbaram os donos da comida, da religião, da ciência, da filosofia, das artes e das leis. Mas seus berros, suas violências, seus desesperos não chamaram a atenção dos seus iguais: homens, mulheres, velhos, crianças que já nasceram velhas, cansadas, malditas, empesteadas, vergadas pelas mil e uma fomes, feridas em suas humanidades. São milhares e milhares, os anjos caídos, diante da avareza e da cupidez e de tudo o que existe de ruim na alma porca dos cidadãos contribuintes (Marcos, 1977, p. 15-16).

Eram corpos desprezados em um cenário brutal, carcomidos pela sarna, marcados pelos cancros e outras doenças venéreas. Alimentavam-se de uma comida farta, mas azeda, podre e insalubre. Além disso, o consumo controlado de maconha, as violências sexuais que uns exerciam sobre outros, “usando os mais fracos como fêmeas” (Marcos, 1977, p. 18),

indicavam a prática do estupro. Essa prática sexual emerge no primeiro texto teatral escrito por Plínio Marcos em 1958 quando se assombra com a notícia de uma “curra” (termo usado pelos prisioneiros para se referir ao estupro), o estupro coletivo de um jovem em uma carceragem da Polícia Militar de São Paulo (Costa Júnior, 2020).

Neste cenário marcado pelo desespero, na imundície característica dos cárceres feitos pelos contribuintes para colocar seres humanos onde nem sequer a besta-fera mereceria estar; em um cenário deste tipo não existe espaço para a solidariedade, a mansidão nem a complacência dos homens de bem. “Quem se alimentou anos a fio do desamor não tem consciência do bem e do mal. O mal não existe para os anjos caídos. Para os anjos caídos existe o desespero” (Marcos, 1977, p. 18). Eles não estão fora da humanidade, são demasiado humanos em seu excesso de falhas e na quase absoluta ausência de qualquer predicado positivo. Quem os fabrica? Como se tornam isso que são?

Plínio Marcos sonda os mais recônditos cantos da violência urbana que nos salta aos olhos, mas que paradoxalmente são invisibilizadas por nossa tolice, ou por nossa atitude hipocritamente pacifista. O anjo caído existe em uma dialética perversa com o cidadão de bem, como sugere o trecho a seguir:

O anjo caído faz a sua parte no jogo. Apanha, apanha, apanha, nega, chora, geme, implora pelo amor dos santos de todas as fês. Pelo amor de qualquer fê, amor que desconhecem, que nunca viram, nunca intuíram. Mas em vão imploram pelo amor, pelo precário amor dos cidadãos contribuintes, pelo amor dos santos da precária fê dos cidadãos contribuintes. E choram, e gemem, esperneiam, rogam todas as pragas e apanham todas as dores. Apanham, apanham. E a pancada dói. Dói. Dói muito. Até na besta-fera. Quanto mais no homem, que mesmo sendo anjo caído, é imagem e semelhança do espírito. Que, por ser o anjo caído, é o espírito, é a sensibilidade, é o amor, é a esperança, é a ânsia de luz, é a poesia sem forma de expressão, é o espírito, é a sensibilidade, é o amor, é a esperança, é a ânsia de luz, é tudo sem possibilidade de entendimento. É a angústia, o desespero, a aflição de carregar o pesado fardo numa jornada sem meta (Marcos, 1977, p. 21-22).

A literatura de Plínio Marcos não assombrou apenas pelos conteúdos expressos em uma malha textual com vocabulário proveniente das ruas paulistanas e sem enfeites estilísticos. Sua escrita assombrou e encantou intelectuais como Pagu e Cacilda Becker pela violência das cenas e pela impostura frente às outras formas de ler o social (Mendes, 2009). Diferentemente de uma literatura engajada como a de Gianfrancesco Guarnieri e tantos outros que, alinhados a uma perspectiva política que falava em superação das desigualdades através da consciência de classe, Plínio Marcos tensionou frontalmente o primado da consciência.



Suas personagens não são conscientes do que lhes ocorre e nada os encaminha na possibilidade de uma libertação, fosse pela comunhão solidária fosse por um individualismo liberal. Nada os conduz à salvação. A salvação inexistente (?).

Mas paradoxalmente o trecho acima parece evocar alguma fagulha de esperança que não se rastreia em um projeto claramente definido, mas em uma humanidade a reconhecer. Ao dizer que “o anjo caído é imagem e semelhança do espírito” ou ainda que “[...] por ser o anjo caído, é o espírito, é a sensibilidade, é o amor, é a esperança, é a ânsia de luz, é a poesia sem forma de expressão”, nos parece que emerge da literatura pliniana uma fagulha de esperança. Embora a sua literatura seja a bem dizer uma espécie de soco no estômago para quem não quer ver certas coisas que acontecem na sociedade brasileira de ontem e hoje, por outro lado essa descrição tem um alcance antropológico singular (Enedino, 2009). Das mãos de Plínio Marcos e do seu olhar arguto sobre o cotidiano emerge uma série de práticas, personagens, linguagens e relações que passam ao largo de outras narrativas. Os marginais ganham o proscênio com seus corpos irregulares, dialetos esquisitos, afetos dissonantes. A violência é uma marca da literatura pliniana. A violência do Estado contra os marginalizados, mas também dos marginalizados entre si. Isso se vê nas violências cometidas na cela entre os vinte e cinco presos, mas também entre prostitutas como Dilma, Célia e Leninha que se digladiam em *O abajur lilás*, ou a disputa por um sapato usado entre Tonho e Paco na peça *Dois perdidos numa noite suja*, sem esquecer da inquietante pergunta da também prostituta Neusa Sueli em *Navalha na Carne*: “Poxa, será que sou gente?”.

Cada um ao seu modo, tanto Clarice Lispector como Plínio Marcos fizeram emergir na trama ficcional um modo de crítica política muito singular. Se o espaço comum que habitamos só é reconhecido assim na medida em que partilhamos formas de entendimento e interação, cabe perguntar: como uma literatura menor – marginalizada, fora do cânone, difícil até de delimitar em gêneros literários – poderia contribuir para a partilha do sensível? Eis aí uma pergunta para a cena final.

A potência de uma literatura menor

Ser menor em termos literários não é uma questão etária nem de quantidade, mas de intensidade. Como sugerem Deleuze & Guattari (2011b, p. 55), “[...] maioria implica uma constante, de expressão ou de conteúdo, como um metro padrão em relação ao qual ela é

avaliada”. Minoria, por sua vez, implica uma fuga dessa constante, uma transformação, uma rebeldia em relação a esta. Se a literatura engajada, digamos assim, pressupunha um modelo de consciência de classe, o envolvimento do proletariado no projeto de “revolução” e certo modo de entender e atuar na política que convergiam para uma forma-sujeito (homem, branco, ocidental, trabalhador, proletário com consciência de classe), havendo inclusive orientações práticas e teóricas acerca da função social da literatura e a formação do escritor na União Soviética (Costa Júnior, 2023), por outro lado uma literatura menor partiria de outra forma de expressão e de outro tipo de conteúdo. É neste sentido que uma literatura menor, assim como fez Franz Kafka de acordo com Deleuze & Guattari (2017), seria dotada de outras características. Minoria é outra palavra para linha de fuga, rota alternativa ou desterritorialização.

Embora tenham sido dois intelectuais brancos e com forte inserção na classe média e na elite cultural brasileira (do eixo Sul-Sudeste, diga-se de passagem), tanto Clarice Lispector como Plínio Marcos podem ser vistos como pontos-cegos, como uma singularidade dentro de um contexto cultural mais amplo. Se para alguns a literatura clariciana pouco tem a dizer sobre “o social” e caracteriza-se por uma subjetividade exacerbada e narrativas com fluxos individuais de consciência que pouco dizem sobre o contexto externo ao texto – embora Macabéa seja uma personagem sintomática do seu modo singular de olhar o mundo e os conflitos humanos em *A hora da estrela* (Lispector, 1998) –, por outro lado em Plínio Marcos tudo parece trazer indícios sobre os ambientes, estruturas sociais e grupos com os quais se relacionou. Partindo de *Barrela*, a sua primeira obra escrita em 1958 até obras posteriores como *Querô: uma reportagem maldita*, pode-se ver que foram experiências literárias marcadas pela sua relação direta com os efeitos da urbanização e do aumento da marginalização em São Paulo e na cidade de Santos, onde nasceu e pela qual sempre dedicou um imenso afeto.

Taxados como estranhos e pouco alinhados à cena cultural hegemônica, penso que tanto Clarice como Plínio foram autores menores. Uma vez que minoria tem a ver com deslocamento e novos agenciamentos, Deleuze & Guattari (2017) caracterizam uma literatura menor a partir de três características que reconheço nos dois contos aqui mobilizados. Ambos documentam aspectos de uma realidade social sobre a qual os dois autores exerceram uma



revolta. Há uma capacidade de indignação praticada por meio da literatura como forma de desnaturalizar o real para ver o que nos acontece.

O primeiro traço de uma literatura menor é a *desterritorialização da língua*. Ambos eram praticantes da língua portuguesa como sistema de signos que organiza a comunidade nacional, mas dentro desse sistema tanto Clarice como Plínio desterritorializaram, brincaram com a língua e a levaram ao seu limite para dizer algo diferente. Se em Clarice isso ocorre ao inverter a lógica numérica indicada acima, mas também ao provocar os próprios códigos legítimos da justiça oficial para mostrar os seus limites e aberrações, em Plínio isso ocorre de uma maneira ainda mais radical quando traz para seus textos os dialetos dos guetos urbanos. No conto aqui exposto existiu claramente uma estratégia de linguagem marcada pelo jogo entre repetição e diferença, claramente expressa quando Plínio Marcos repete à exaustão a sequência: “[...] eram vinte e cinco homens empilhados, exprimidos, esmagados de corpo e alma, num cubículo onde mal caberiam oito pessoas”. A repetição desse trecho que abre o conto se dá ao longo de toda a narrativa, mas se constitui como uma repetição seguida de informações novas sobre a arquitetura do cárcere, as pessoas que nele estão, as doenças que ali existem etc. Se no caso de Franz Kafka a desterritorialização da língua se deu na medida em que ele era um judeu-tcheco que escreveu em alemão – devido à conquista alemã daquele território –, deve-se reconhecer que era um alemão dos guetos e uma língua não oficial, mas periférica. No caso destes dois contos aqui mobilizados vemos operações sutis que também praticaram um exercício contra a própria língua, fazendo-a funcionar de outra maneira.

A segunda característica de uma literatura menor diz respeito à *ramificação política*. Tal aspecto se refere ao fato de que a literatura é política por excelência e aquilo que escreve, mobiliza, traduz e recodifica diz respeito não ao autor tomado como sujeito individual, mas a uma coletividade da qual este autor faz parte e na qual se reconhece. No caso de *Mineirinho*, vemos uma narradora que deixa muito claro o vínculo entre Clarice e a operação escritural. Ao reconhecer-se na pele do outro no último e fatídico tiro que já havia atingido o corpo morto, Clarice faz do rosto do outro uma continuidade de si mesma, situando-se em uma comunidade violada. Ao falar sobre “nós, os sonsos essenciais” (Lispector, 2016, p. 387), parece falar de uma comunidade a refundar, uma concepção política de justiça que é alternativa e que precisa ser objeto de luta, pois “essa justiça que vela meu sono, eu a repudio, humilhada por precisar dela” (Lispector, 2016, p. 387). Por sua vez, em *Inútil Canto e Inútil*

Pranto pelos Anjos Caídos existe uma crítica frontal à prisão, às formas de encarcerar a população e à relação entre os prisioneiros e os cidadãos contribuintes, aqueles que estão resguardados do sistema carcerário na medida em que sustentam seu funcionamento de modo direto e indireto com impostos, estigmas e racismos de toda sorte. A ramificação política no texto de Plínio Marcos parece se tornar mais evidente do que naquele de Clarice que, a priori, pareceria uma leitura muito individual sobre a imagem forte do assassinato de um bandido, mas que paradoxalmente abre possibilidades de pensar a produção da subjetividade na relação com a alteridade em um processo que é mediado na cultura. Assim, tanto *Mineirinho* como os *anjos caídos* foram objeto de uma narrativa ancorada socialmente na crítica ao Estado e ao sistema judiciário e na abertura para pensar outras formas de construção da subjetividade para além da indiferença. Outro traço dessa ramificação política reside no modo como cada um dos autores trata a esperança. Em Clarice Lispector aparece assim:

A violência rebentada em Mineirinho que só outra mão de homem, a mão da esperança, pousando sobre sua cabeça aturdida e doente, poderia aplacar e fazer com que seus olhos surpreendidos se erguessem e enfim se enchessem de lágrimas. Só depois que um homem é encontrado inerte no chão, sem o gorro e sem os sapatos, vejo que esqueci de lhe ter dito: também eu (Lispector, 2016, p. 388). [...]

Porque quem entende desorganiza. Há alguma coisa em nós que desorganizaria tudo – uma coisa que entende. Essa coisa que fica muda diante do homem sem o gorro e sem os sapatos, e para tê-los ele roubou e matou; e fica muda diante do S. Jorge de ouro e diamantes. Essa alguma coisa muito séria em mim fica ainda mais séria diante do homem metralhado. Essa alguma coisa seria o assassino em mim? Não, é o desespero em nós (Lispector, 2016, p. 389).

A esperança parece residir na “capacidade humana” (daí o termo homem aparecer repetidamente) de agir de outro modo. Afinal, *Mineirinho* não seria qualitativamente diferente de nenhum outro, apenas teve uma trajetória distinta que em razão da sanha assassina do Estado o levou àquele fim trágico. A esperança como capacidade de imaginar experiências diferentes para o futuro se dá ao olhar para o presente com o turbilhão de dúvidas e incertezas que ele nos impõe e nos silencia às vezes, como fez com a sua cozinheira. Por sua vez, Plínio Marcos também recoloca a esperança em uma chave semelhante àquela praticada por Clarice: no humano. Reside no anjo caído como símbolo da queda, do erro e do crime a possibilidade de uma experiência radicalmente diferente.

Estes homens foram marcados pelo signo do “ainda não”. Uma vez que está presente neles a sensibilidade não desenvolvida, o amor não constituído e a poesia não expressada,



haveria a ânsia da luz e a busca do entendimento. A violência que os assola os levaria “ao limite da degeneração” (Marcos, 1977, p. 24), mas aos poucos, “[...] pela dor e não pelo entendimento, vão se juntando num único desejo solidário de preservarem a vida, a vida, a vida” (Marcos, 1977, p. 25). E então a figuração da esperança na narrativa de Plínio Marcos apresenta uma figura ausente no conto clariciano: Deus. Diz o autor: “E sem necessidade da palavra, da boa palavra que não possuem, entre eles se fará um entendimento, porque nas suas entranhas se manifestará o Verbo Divino, o sentido do dever de preservarem as próprias vidas. A vida, o dever primeiro do homem, desejo lúcido do espírito” (Marcos, 1977, p. 25). Mas, o que seria a esperança? Teria ela uma história, assim como demais emoções e sensibilidades humanas?

Na trilha do que pensou o historiador inglês Peter Burke (2012), talvez fosse o caso de trocar o termo “Esperança” com “E” maiúsculo que remeteria a algo com caráter universal e substituir por “esperanças” – no plural e com “e” minúsculo. Isso tornaria possível compreender como e em que condições os seres humanos esperam, criam expectativas e fantasiam mudanças no tempo e espaço. Estas seriam “esperanças menores”. Diferenciando os termos, Burke (2012, p. 208) afirma que por “[...] ‘grandes esperanças’ quero dizer esperança de um mundo melhor, esperança para a raça humana”. Por sua vez, “[...] por ‘pequenas esperanças’ quero dizer esperanças cotidianas, esperanças de uma vida melhor limitadas a nós e a nossa família, incluindo a esperança de mobilidade social (que, aliás, se anularia se todos a realizassem)”. No caso de Plínio e Clarice, o sentido de esperança parece se situar entre uma expectativa mais geral de transformação nas relações de violência e algo menor, mais localizado, pois ambos olham para a esperança a partir de um enfoque singular e de acontecimentos específicos. É a partir da tentativa de olhar com os olhos dos marginalizados que o sentido da esperança se constitui. Deste modo, me parece que a escrita desses autores menores opera no limbo entre o espanto diante da violência sistêmica e a esperança de que algo mude, uma vez que este algo habitaria em nós. Os contos indicam outra disposição, outra relação com a alteridade, outro modo de olhar e reconhecer a humanidade do outro que também habita em mim, apesar das diferenças que nos constituem e nos apartam. Neste sentido, esperança tem a ver com a atitude ética orientada para o outro, não com um sentimento inerte acompanhado de um olhar complacente diante da barbárie.

O terceiro e último aspecto de uma literatura menor se refere ao *valor coletivo*. Sem dúvida alguma é o aspecto mais difícil de se entender e localizar, a depender das obras que se esteja analisando. Refere-se ao fato de que “[...] uma obra de literatura menor não fala por si mesma, mas fala por milhares, por toda a coletividade” (Gallo, 2002, p. 172), pois os agenciamentos nunca são individuais, mas sempre coletivos. Embora nem Clarice nem Plínio tenham sido pessoas vinculadas diretamente e permanentemente a grupos coesos – e isso não seria o requisito básico de uma literatura menor, inclusive – os dois contos podem ser vistos como experiências de escrita que dão vazão a enunciados e valores coletivos acerca da “dignidade”, “humanidade”, “justiça” e “vida” que não se reduzem a uma opinião pessoal.

Se em Plínio Marcos existe um coletivo de pessoas onde o fundamental é falar sobre os vinte e cinco homens em uma situação abjeta, não importando o nome individual de cada um, mas a situação institucional em que eles se encontravam, por seu turno Clarice Lispector tensiona a relação entre a narradora (ela mesma) com a sua cozinheira para não somente delimitar as distinções de classe, mas o sentido coletivo que apareceria na pergunta: o que você pensa sobre o que aconteceu com *Mineirinho*? O valor coletivo de uma literatura menor diz respeito à relação estabelecida entre a escrita como experiência individual e sua inserção em um grupo, tornando visível outros modos de entender a estrutura social e seu funcionamento. O valor coletivo, associado com as duas características acima exploradas, diz respeito à contribuição da literatura para intervir no mundo a partir de outra sensibilidade, cultivando outras modalidades de relação e reconhecimento de sujeitos e vivências até então desconhecidas ou apagadas.

Assim, é impossível não se lembrar da incontornável reflexão de Antonio Cândido sobre *O direito à literatura*, proveniente de uma conferência proferida na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Ele define a literatura em termos amplos como aquilo que se refere a todas as criações com “[...] toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações (Cândido, 2004, p. 174). Considerando que ninguém conseguiria viver um dia inteiro sem recorrer ao universo ficcional ou poético, a literatura pode ser caracterizada como uma necessidade universal que deveria ser satisfeita e “cuja satisfação constitui um direito” (Cândido, 2004, p. 175). Cândido considera a literatura como um “fator indispensável de



humanização”, se constituindo efetivamente como “o sonho acordado das civilizações” (Cândido, 2004, p. 175). Ao caracterizar o alcance da literatura na formação humana, o autor discute o seguinte:

Acabei de focar a relação da literatura com os direitos humanos de dois ângulos diferentes. Primeiro, verifiquei que a literatura corresponde a uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob pena de mutilar a personalidade, porque pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão do mundo ela nos organiza, nos liberta do caos e portanto nos humaniza. Negar a fruição da literatura é mutilar nossa humanidade. Em segundo lugar, a literatura pode ser um instrumento consciente de desmascaramento, pelo fato de focalizar as situações de restrição dos direitos, ou de negação deles, como a miséria, a servidão, a mutilação espiritual. Tanto num nível quanto no outro ela tem muito a ver com a luta pelos direitos humanos (Cândido, 2004, p. 186).

Considerando que a literatura é um direito humano – pela capacidade que ela tem de nos formar a partir da imaginação, sensibilidade e fruição –, pergunto: como estes textos de Plínio Marcos e Clarice Lispector permitem fazer uma educação em direitos humanos? Ora, sem querer adentrar na discussão metodológica que isso implica e que vasta literatura já tem abordado (Silveira *Et al.*, 2007), gostaria de incitar a reflexão sobre o potencial que estes textos têm de contribuir para a educação em direitos humanos. Primeiramente não compreendo direitos humanos apenas como um conjunto de formulações do direito internacional que emergiu com essa nomenclatura na segunda metade do século XX, mas um conjunto de valores e princípios que pode fomentar políticas que garantam a dignidade, inviolabilidade e singularidade do humano (Hunt, 2009). Em segundo lugar, apesar da retórica universalista dos direitos humanos, gosto de pensá-los a partir de uma perspectiva multicultural e imanente (Santos, 1997), evitando uma perspectiva que bebe na fonte da colonialidade e do etnocentrismo. Mais vale apostar em um pluralismo histórico que reconhece as culturas de direitos humanos em diferentes espaços e tempos (Segato, 2021). Por fim, penso que a literatura tem muito a contribuir na educação em direitos humanos e no ensino de disciplinas variadas ao partir da sensibilidade para fazer (re)pensar e criar novas formas de vida, valores e culturas.

Ao discutir sobre literatura e direitos humanos, Jaime Ginzburg (2008, p. 339-340) comenta que:

[...] há algo de insondável no corpo: por mais que digamos a palavra dor, ela nunca coincidirá com exatidão com o que o outro interpreta sobre ela, exceto se no corpo do outro for infligida dor idêntica, de igual intensidade. Enquanto a dor do outro é

do outro, e não minha, ou vice-versa, dispor das palavras não basta para haver partilha da experiência.

Contudo, apesar dessa densa relação entre a linguagem e a experiência, a literatura permite a constituição de um olhar para a alteridade. Assim, “[...] o sujeito não pode falar tudo, nem ser entendido sempre, no entanto deve achar condições para expressar suas demandas” (Ginzburg, 2008, p. 339-340). Como fabricação humana que emerge do desejo de fruir e pensar, a literatura é a máquina estética e ética por meio da qual essa densidade é trabalhada e mediada, pois há situações e personagens em que o problema de expressar suas demandas na linguagem está atravessado por impossibilidades. Como esquecer de Macabéa, por exemplo? E a figura de Belonísia, proposta por Itamar Vieira Júnior em *Torto Arado*, cuja experiência se dá entre a sua condenação ao silêncio (após o acidente que mutila sua língua e a impede da fala) e às tentativas de fazer-se viva em um cenário cultural que a intimida na condição feminina? Como se esquecer do difícil jogo da memória vivido pelo narrador de *O avesso da pele*, de Jefferson Tenório (2020), encarando as impossibilidades de dizer os sentimentos do seu pai, vitimado pelo racismo e assassinado violentamente pela Polícia Militar em Porto Alegre (Rio Grande do Sul)?

Apesar da impossibilidade de fazer doer no outro do mesmo modo, a narrativa literária se constitui no caminho para uma intersubjetividade que acolhe, reconhece e atribui valor ao outro em sua diferença. Comentando a reflexão de Antonio Cândido sobre o *Direito à literatura*, Eduardo Manoel de Brito (2008, p. 370) afirma que “[...] de uma forma estranha, mas bastante nítida, pode-se entender que algo é um direito quando é necessário construir salvaguardas que garantam o seu acesso”. Temos o direito à fruição e à fantasia porque uma vida meramente pragmática seria simplesmente insuportável. Imaginar, criar, sonhar são elementos constitutivos da experiência de fazer-se humano. O autor discute a importância do acesso à leitura e à escrita como um aspecto fundamental: “[...] quem tem a capacidade de ler uma frase qualquer, pode ler quaisquer frases e, ao lê-las, exercitar a capacidade de encontrar sentidos que tornam o absoluto de alguém um algo relativo” (Brito, 2008, p. 367). A literatura se constitui como um gesto eminentemente político capaz de questionar formas de normalização e sentidos que se pretendem absolutos.

Ambos os contos contribuem para a crítica do “racismo institucional” – termo cunhado por Stokley Carmichael e Charles V. Hamilton, integrantes do grupo Panteras



Negras nos EUA – que se refere inicialmente à descrição de dois tipos de atos: aqueles passíveis de serem gravados, fotografados e terem seus autores identificados; e aqueles em que é difícil identificar os indivíduos responsáveis, pois resulta do funcionamento das instituições. Portanto, não se trata de uma atitude individual, praticada *em* instituições, mas sim uma recorrência que gera exclusão e discriminação, efetuada *por* instituições. Isso coloca desafios à análise das relações raciais no país, pois em se tratando da relação entre as polícias e os acusados, mas até mesmo indo além das polícias isoladamente, “[...] há características relevantes no âmbito da justiça criminal que reforçam tal repressão seletiva, pois é comum promotores e juízes não considerarem de forma plena a versão dos acusados, alegando que a versão do policial tem fé pública” (Vinuto, 2023, p. 303).

O texto literário produz efeitos incontroláveis e ao narrar as peculiaridades do cotidiano, descrevendo comportamentos e perscrutando condutas e valores, faz pensar sobre o que somos e em que temos nos transformado. Pelas mãos de Clarice e Plínio somos levados a perceber os horrores do funcionamento das instituições e o pacto do qual fazem parte: afinal, tanto *Mineirinho* no Manicômio Judiciário como os presidiários no cárcere estavam ali para “para morrer aos poucos. Para morrer de forma que parecesse natural” (Marcos, 1977, p. 13).

Considerações Finais

Se o século XX produziu campos de concentração nos quais milhões de seres humanos foram mortos a partir de um planejamento meticuloso, por sua vez os cárceres funcionam a partir de uma lógica semelhante, mas com uma economia visual sofisticada. Os horrores que ocorrem dentro do sistema carcerário nem sempre saem dos muros que o sustentam. Não são vistos, logo sequer serão lembrados. Os cárceres podem ser vistos a partir do “paradigma do campo”, como sugere Agamben (2012), uma vez que nesse espaço estatal acontece a gestão de uma biopolítica que define, seleciona, organiza e classifica uma perversa gestão da morte em vida (para que pareçam ainda viver) e um extermínio calculado. Em se tratando de um país como o Brasil, em que a herança colonial e seu conteúdo racial ainda dão as cartas, se trata efetivamente de uma necropolítica – termo cunhado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe (2018) – dadas as características raciais da população encarcerada e o projeto racial a elas destinado. Como assevera Rita Segato (2022, p. 47), “[...]”



ao observar o perfil racial e de classe daqueles que são realmente sentenciados, é fácil perceber a seletividade da justiça, ou seja, em que casos a chamada ‘justiça’ chega ao seu destino”. A mirada histórica e estatística sobre o encarceramento da população negra no país (Borges, 2019) nos permite compreender o seguinte: “[...] acreditar que uma prisão lá no fim da estrada, em um esgoto da sociedade, garante a previsibilidade e a estabilidade nas relações sociais é uma ficção colonial” (Segato, 2022, p. 47).

Portanto, a leitura da literatura pode contribuir para evitar a sedentarização dos sentidos e a colonização da língua. Como expressões menores, descontínuas e elaboradoras de agenciamentos coletivos de enunciação, as expressões literárias de um Plínio Marcos ou de uma Clarice Lispector permitem olhar o humano a partir da sensibilidade, mirando o seu corpo, suas misérias e suas potências. A literatura menor não diz a verdade do real, mas o entende como objeto compreensível a partir de múltiplas entradas. Os dois contos tratam da violência policial e racial contra homens, negros e jovens em São Paulo e Rio de Janeiro nos anos 1960 e 1970, mas operam de formas muito diferentes. Os enfoques, as preocupações e as experiências que levaram Clarice e Plínio a escreverem desta forma e não de outra dizem muito sobre o que paradoxalmente não puderam falar. Por caminhos distintos os dois contos nos permitem perceber e se apropriar de certa partilha do sensível, isto é, um certo modo de contribuir para a experiência do que nos é comum (Rancière, 2009). Nem Plínio nem Clarice fizeram da literatura uma totalização do sentido, mas um modo de reconhecer a dor do outro e a violência atroz que nos espreita: a nós e a eles, os inumeráveis outros que nos circundam.

Referências

Agamben, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** E outros ensaios. Trad. Vinícius de Castro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.

Agamben, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I.** Trad. Henrique Burigo. 2ª Ed. - Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

Andrade, Dênia Moreira & Guerra, Maria José Oliveira Araújo. A (trans) figuração do mundo pelo ato-palavra de/em “Mineirinho”. **Bakhtiniana**, v. 17, n. 3, p. 8-34, 2022.

Blanchot, Maurice. **O espaço literário.** Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

Borges, Juliana. **Encarceramento em massa.** São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2019.



José dos Santos Costa Júnior

*Do espanto à esperança, ou entre Plínio Marcos e Clarice Lispector:
a violência policial em duas cenas contemporâneas*

Brito, Eduardo Manoel de. Reflexões sobre a literatura e os direitos humanos. *In*: Bittar, Eduardo C. B. (Org.). **Educação e metodologia para os direitos humanos**. São Paulo: Quartier Latin, 2008. p. 361-383.

Burke, Peter. A esperança tem história? **Estudos Avançados**, v. 26, n. 75, 2012.

Cândido, Antonio. O direito humano à literatura. *In*: **Vários escritos**. São Paulo/Rio de Janeiro: Duas Cidades/Ouro sobre Azul, 2004.

Compagnon, Antoine. **O demônio da teoria: literatura e senso comum**. Trad. Cleonice Paes Barreto Mourão & Consuelo Fortes Santiago. 2ª Ed. - Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Costa Júnior, José dos Santos. Um gesto menor, logo rebelde, na literatura brasileira. **Oficina do Historiador**, v. 13, 2020.

Costa Júnior, José dos Santos. Jorge Amado, a infância e a máquina literária: do trapiche ao cais, entre o estigma e a revolução (Salvador, 1937). **Revista História: Debates e Tendências**, v. 23, p. 141-164, 2023.

Deleuze, Gilles. **Lógica do sentido**. Trad. Luiz Roberto Salinas. 5ª Ed. - São Paulo: Perspectiva, 2009.

Deleuze, Gilles & Guattari, Félix. **O que é a Filosofia?** Trad. Bento Prado Jr & Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: Editora 34, 2010.

Deleuze, Gilles. **Conversações (1972-1990)**. Trad. Peter Pál Perlbart. 3ª Ed. - São Paulo: Editora 34, 2013.

Deleuze, Gilles & Guattari, Félix. **Kafka: por uma literatura menor**. Trad. Cíntia Vieira da Silva. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

Deleuze, Gilles & Guattari, Félix. **Mil platôs (2): capitalismo e esquizofrenia**. 2ª Ed. - Trad. Ana Lúcia de Oliveira & Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Editora 34, 2011a.

Deleuze, Gilles & Guattari, Félix. **Crítica e clínica**. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2011b.

Eagleton, Terry. **Teoria da Literatura: uma introdução**. Trad. Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

Enedino, Wagner Corsino. **Entre o limbo e o gueto: literatura e marginalidade em Plínio Marcos**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009.

Foucault, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. *In*: **Microfísica do poder**. Trad.; Org. e Seleção de textos: Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2012a.



José dos Santos Costa Júnior

*Do espanto à esperança, ou entre Plínio Marcos e Clarice Lispector:
a violência policial em duas cenas contemporâneas*

Foucault, Michel. **Vigiar e Punir**: o nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramallete. 40ª Ed. - Petrópolis: Vozes, 2012b.

Gallo, Sílvio. Em torno de uma educação menor. **Educação e Realidade**, v. 27, n. 2, p. 169-178, 2002.

Ginzburg, Jaime. Literatura e direitos humanos: nota sobre um campo de debates. *In*: Bittar, Eduardo C. B. (Org.). **Educação e metodologia para os direitos humanos**. São Paulo: Quartier Latin, 2008. p. 339-360.

Hunt, Lynn. **A invenção dos direitos humanos**: uma história. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Larrosa, Jorge. Ferido de realidade e em busca de realidade. Notas sobre as linguagens da experiência. *In*: **Tremores**. Escritos sobre experiência. Trad. Cristina Antunes & João Wanderley Geraldi. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

Lima, Luiz Costa. **História, Ficção, Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Lispector, Clarice. **A hora da estrela**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

Lispector, Clarice. Mineirinho. *In*: **Todos os contos**. São Paulo: Rocco, 2016, p. 386-392.

Marcos, Plínio. **Inútil Canto e Inútil Pranto pelos Anjos Caídos**. São Paulo: Editora Parma, 1977.

Marcos, Plínio. **Teatro Maldito**: Navalha na Carne; Dois perdidos numa noite suja; O abajur lilás. São Paulo: Maltese, 1992.

Mbembe, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. Trad. Renata Santini. São Paulo: n-1, 2018.

Mendes, Oswaldo. **Bendito maldito**: uma biografia de Plínio Marcos. São Paulo: Leya, 2009.

Nascimento, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um Racismo Mascarado. 3ª Ed. - São Paulo: Perspectivas, 2016.

Olivo Júnior, Valdir & Gonçalves, Davi Silva. História e Literatura: Diálogos Possíveis. **Tempo, Espaço e Linguagem - TEL**, v. 13, n. 2, p. 7-12, 2022.

Rancière, Jacques. **A partilha do sensível**. Trad. Mônica Costa Neto. São Paulo: EXO Experimental; Editora 34, 2009.

Rosenbaum, Yudith. A ética na literatura: leitura de “Mineirinho”, de Clarice Lispector. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 69, 2010.



José dos Santos Costa Júnior

*Do espanto à esperança, ou entre Plínio Marcos e Clarice Lispector:
a violência policial em duas cenas contemporâneas*

Santos, Boaventura de Sousa. Uma concepção multicultural de direitos humanos. **Lua Nova**, n. 39, 1997.

Segato, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda**. Trad. Danú Gontijo e Danielli Jatobá. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

Segato, Rita. **Cenas de um pensamento incômodo**: gênero, cárcere e cultura em uma visada decolonial. Trad. Ayelén Medail, Larissa Bontempi, Rita Paschoalin & Silvia Massimini Felix. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

Silveira, Rosa Maria Godoy; Dias, Adelaide Alves; Ferreira, Lúcia de Fátima Guerra; Feitosa, Maria Luíza Pereira de Alencar Mayer Feitosa & Zenaide, Maria de Nazaré Tavares. **Educação em Direitos Humanos**: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora UFPB, 2007.

Tenório, Jefferson. **O avesso da pele**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

Vieira Júnior, Itamar. **Torto Arado**. São Paulo: Todavia, 2019.

Vinuto, Juliana. Racismo institucional. *In*: Rios, Flávio; Santos, Marcio André dos & Ratts, Alex. **Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas**. São Paulo: Perspectiva, 2023. p. 301-305.

Submetido em: 19 de janeiro de 2026

Avaliado em: 02 de fevereiro de 2026

Aceito em: 06 de fevereiro de 2026